

VOLATILIDADE DE RENDA E A DINÂMICA DA POBREZA NO BRASIL

Pedro H. G. Ferreira de Souza

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail:* pedro.ferreira@ipea.gov.br.

Solange L. Gonçalves

Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP). *E-mail:* solange.goncalves@usp.br.

Alysson Portella

Pesquisador do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). *E-mail:* alyssonlp1@insper.edu.br.

Rafael G. Osorio

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* rafael.osorio@ipea.gov.br.

Sergio Firpo

Professor do Insper. *E-mail:* sergiopf1@insper.edu.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3029-port>

A pobreza não é estática. Todos os meses, os rendimentos de milhões de famílias sofrem choques – negativos ou positivos, individuais ou coletivos – que provocam intensa movimentação para dentro e para fora da pobreza, seja como ela for definida. Em outras palavras, mesmo que a taxa de pobreza agregada permaneça constante, os pobres não são sempre os mesmos indivíduos e famílias.

O objetivo deste artigo é investigar a dinâmica da pobreza no Brasil, comparando pressupostos e resultados obtidos com diferentes abordagens e examinando suas implicações para o desenho e a focalização de políticas públicas de transferência de renda. Para isso, desenvolvemos e implementamos um algoritmo (*Pynad*) de pareamento de indivíduos e famílias para a construção de painéis com os microdados da primeira e da quinta visitas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2015 a 2020.

Nossa análise empírica compara resultados obtidos para a pobreza transversal (calculada em um único ponto no tempo) e estimativas para pobreza dinâmica para três medidas que variam

conforme o grau permitido de compensação intertemporal, isto é, quanto à possibilidade de que períodos de abundância compensem períodos de escassez: i) a medida de pobreza acumulada por contagem de períodos, que classifica os indivíduos em sempre pobres, ocasionalmente pobres e nunca pobres; ii) a medida de contagem de Foster (2009), que separa a pobreza intertemporal em pobreza crônica e temporária, ajustando os episódios de pobreza por sua duração; e iii) a medida de renda permanente de Jalan e Ravallion (1998; 2000), que define a pobreza crônica a partir da renda média e a pobreza temporária como resíduo.

Nossos achados contribuem para um melhor entendimento da pobreza no Brasil em cinco aspectos. Primeiro, nós mostramos que a escolha da medida de pobreza intertemporal tem efeitos consideráveis sobre os níveis estimados de pobreza. A medida de contagem de períodos produz taxas de pobreza acumulada maiores do que a pobreza medida nos dados transversais, enquanto as outras duas medidas produzem números bem menores. Isso ocorre porque a medida de contagem de períodos dá

SUMEX

mais peso para a pobreza temporária, que, como mostramos, decorre de elevada mobilidade de curta distância que produz intensos fluxos de entrada e saída da pobreza ao longo do tempo.

Segundo, nossos resultados indicam que a pobreza temporária representa uma fração relevante da pobreza total para quase todas as combinações de linhas e medidas. Quanto mais baixa a linha de pobreza, maior a participação da pobreza temporária na pobreza total, seja qual for a medida.

Terceiro, a despeito de grande variação nos níveis estimados de pobreza, as tendências ao longo do tempo são semelhantes entre as medidas intertemporais e a pobreza transversal, o que sugere que não há prejuízo no uso apenas de dados transversais para o monitoramento da trajetória da pobreza.

Quarto, esses padrões fazem com que a principal implicação da dinâmica da pobreza para políticas públicas recaia sobre o tamanho dos programas sociais. O valor da linha de pobreza, o período de referência para apuração de rendimento e o conceito de pobreza dinâmica são três parâmetros cruciais para delimitar o público-alvo de programas sociais, embora só a linha de pobreza costume ser objeto de debate público.

Quinto, nossa avaliação da efetividade das transferências sociais contra a pobreza mostra um *puzzle* que explicita a importância da pobreza intertemporal para o desenho de programas sociais: embora o Programa Bolsa Família (PBF) adote uma concepção expansiva de pobreza, aproximando-se de uma meta de cobertura compatível com a abordagem de pobreza acumulada medida por contagem de períodos, seus efeitos mais fortes na redução da pobreza ocorrem para as medidas de pobreza crônica de Foster e de Jalan e Ravallion.

REFERÊNCIAS

FOSTER, J. A class of chronic poverty measures. *In*: ADDISON, T.; HULME, D.; KANBUR, R. (Ed.). **Poverty dynamics: interdisciplinary perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 59-76.

JALAN, J.; RAVALLION, M. Transient poverty in postreform rural China. **Journal of Comparative Economics**, v. 26, n. 2, p. 338-357, 1998.

_____. Is transient poverty different? Evidence for rural China. **Journal of Development Studies**, v. 36, n. 6, p. 82-99, 2000.